DEPOIS DA LIBERAÇÃO DOS PREÇOS

Liberação desigual

Os produtores de açúcar do Nordeste enfrentam problemas históricos que a desregulamentação precisa contemplar

GILBERTO TAVARES DE MELO

A desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro deveria ter sido precedida de um planejamento de produção adequado, que assegurasse o equilíbrio entre oferta e demanda no contexto da economia de mercado, visando a remuneração compatível de seus produtos.

Competitividade inter-regional

A liberação de preços de cana, açúcar e álcool ocorreu de modo equivocado. Trouxe conseqüências negativas, como aconteceu em Pernambuco, estado produtor de açúcar e álcool onde o perfil açucareiro é mais acentuado, abrangendo cerca de 65% da produção. A liberação do preço do açúcar – com a perda de um subsídio fundamental para a sobrevivência do setor – ocorreu em dezembro de 1991, antes da desregulamentação dos preços de cana e álcool, tabelados até maio de 1997 (álcool anidro) e fevereiro de 1999 (álcool hidratado e cana), o que lhes garantia apoio e remunerações. Para os produtores de açúcar da região, reduziram-se mais cedo as oportunidades de investimento em novas tecnologias, melhoramento genético das variedades de cana e irrigação. O resultado foi a concentração no Centro-Sul de 80% dos recursos destinados a incentivar a produção, agravando a distorção de competitividade inter-regional.

Na década de 70, as regras do IAA determinavam que os preços dos produtos fossem unificados em todo o país. Na época, a taxa de equalização era paga diretamente na matéria-prima para a região Nordeste. Isso valeu até 1976, quando essa taxa foi incorporada ao preço. Quatorze anos depois, a política econômica mudou e o IAA foi extinto, em 1990.

Liberação X problemas regionais

O regime de mercado liberado não resolveu alguns problemas históricos, que continuam sem correção. Os produtores do Nordeste precisam de subsídio para competir com o Centro-Sul. A ajuda não é um favor; ela se explica em uma realidade climática e topográfica que traz maiores custos para a produção.

Apesar das dificuldades, os empresários da região provaram sua competência conseguindo o segundo menor custo de produção do mundo. Mas isso não dispensa a necessidade do programa de equalização de custos. E para que as distorções inter-regionais não sejam ainda maiores, o governo federal tem que atualizar o valor do subsídio, que está defasado. Estudos indicam que o valor de R$5,07 precisa ser corrigido para R$8,40 por tonelada de cana produzida.

É fundamental a maior dedicação governamental para liberação dos mercados internacionais – uma política mais agressiva para quebrar barreiras protecionistas e a introdução dos produtos brasileiros no mercado externo, não só através de acordos mais abrangentes, como é o caso da OMC, mas também através de acordos bilaterais entre países.

Atingido um nível de mercado livre regido por regras mínimas, estará garantida a competitividade entre regiões envolvendo aspectos econômicos, sociais, ambientais e estratégicos.

Gilberto Tavares de Melo é presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco – Sindaçúcar.